



ESTHER E A CIDADE: UMA COSTUREIRA NOS BAIRROS CENTRAIS DE SÃO PAULO (1940-1945)

EIXO TEMÁTICO: 2. REGIMES DE VERACIDADE E HISTORICIDADE

ANDRADE, Stephanie Guerra de

Mestre; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
stephanie.andrade@usp.br

CARNEIRO, Elisa Zocca

Graduada; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
elisa.carneiro@usp.br

RESUMO

No presente artigo, partimos do entendimento de que mulheres das classes trabalhadoras, apesar de suas presenças incontestáveis na cidade, ainda são pouco contempladas no campo da história urbana, principalmente enquanto agentes de construção e transformação do espaço público. Assim, o texto se alinha ao objetivo de recuperar trajetórias de mulheres das classes trabalhadoras e inseri-las nas histórias das cidades em que vivem. Para tanto, reconstruímos o cotidiano de Esther Longhi, uma costureira que residia, trabalhava e circulava por bairros centrais de São Paulo durante a década de 1940. Nosso ponto de partida para adentrar o dia a dia de Esther são informações contidas em seu registro trabalhista na Indústria de Bolsas e Malhas Ouro, empresa na qual atuou como costureira entre 1940 e 1945. O texto é construído por meio do tensionamento dos dados contidos no registro de Esther e da combinação dessas informações com o conteúdo advindo de outras fontes, como demais documentos do acervo institucional da empresa, documentos do Arquivo Municipal de São Paulo, cartografia, iconografia, jornais, visitas de campo e referências retiradas da historiografia sobre a cidade de São Paulo. A partir dessa costura textual, objetiva-se mostrar como os registros trabalhistas podem ser explorados como fonte para além da serialização e do tratamento de questões estritamente relacionadas ao mundo do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: registros trabalhistas; narrativas urbanas; costureiras; cotidiano; São Paulo.

RESUMEN

En este artículo, partimos de la comprensión de que las mujeres de clase trabajadora, a pesar de su innegable presencia en la ciudad, aún son poco tratadas en el campo de la historia urbana, especialmente como agentes de construcción y transformación del espacio público. Así, el texto se alinea con el objetivo de recuperar las trayectorias de las mujeres de clase obrera e insertarlas en las historias de las ciudades en las que viven. Para ello, reconstruimos la vida cotidiana de Esther Longhi, costurera que vivió, trabajó y se movió por los barrios céntricos de São Paulo durante la década de 1940. Nuestro punto de partida para profundizar en la vida cotidiana de Esther es la información contenida en su registro laboral en la Indústria de Bolsas e Malhas Ouro, empresa en la que trabajó como costurera de bolsos entre octubre de 1940 y junio de 1945. El texto se construye tensionando los datos contenidos en la ficha de Esther y combinando esta información con contenidos de otras fuentes, como documentos del acervo institucional de la empresa, documentos del Arquivo Municipal de São Paulo, cartografía, iconografía, periódicos, salidas de campo y referencias extraídas de la historiografía sobre la ciudad de São Paulo. A partir de este cosido textual, se pretende mostrar cómo los registros laborales pueden ser explorados como fuente que trasciende la serialización y el tratamiento de cuestiones estrictamente relacionadas con el mundo del trabajo.

PALABRAS-CLAVE: registros laborales; narrativas urbanas; costureras; vida cotidiana; São Paulo.

ABSTRACT

In this article, we start from the understanding that working class women, despite their undeniable presence in the city, are still rarely contemplated in the field of urban history, especially as agents of construction and transformation of public space. Thus, the text is aligned with the objective of recovering the trajectories of working class women and inserting them into the histories of the cities in which they live. To this end, we reconstructed the daily life of Esther Longhi, a seamstress who lived, worked and moved around the central neighbourhoods of São Paulo during the 1940s. Our starting point for delving into Esther's daily life is the information contained in her employment record at Indústria de Bolsas e Malhas Ouro, a company where she worked as a handbag seamstress between October 1940 and June 1945. The text is constructed through the tensioning of the data contained in Esther's record and other sources, such as documents from the company's institutional collection, from São Paulo's Municipal Archive, cartography, iconography, newspapers, field trips and references taken from the city of São Paulo's historiography. From this textual stitching, the aim is to show how labor records can be explored as a source beyond serialization and the treatment of issues strictly related to the world of work.

KEY-WORDS: employment record; urban narratives; seamstresses; daily life; São Paulo.

DA FÁBRICA PARA A CIDADE: O REGISTRO TRABALHISTA COMO FONTE PARA A HISTÓRIA URBANA

No Brasil, instituições públicas e privadas registram seus funcionários desde pelo menos a segunda metade do século XIX, com fins de organização interna e controle da força de trabalho. A variedade de informações contidas em um único registro é plural, o tornando uma fonte documental potente para pesquisas acadêmicas. Nele, via de regra, constam dados pessoais (nome; data e local de nascimento; raça; estado civil; filiação; endereço residencial; entre outros) e profissionais (cargo ocupado; salário; expediente; datas de admissão e demissão; etc.) do empregado, além de frequentemente apresentarem seu registro fotográfico.

A partir da segunda metade da década de 1980, estudos pioneiros reconstruíram trajetórias empresarias de companhias do setor têxtil, a fim de discutir amplas dinâmicas históricas, econômicas e sociais – fazendo uso de vastos acervos institucionais que continham, entre outras séries documentais, conjuntos de registros trabalhistas. Com o intuito de compreender aspectos da fase inicial do processo de industrialização do Rio de Janeiro, Weid e Bastos (1986) recuperaram a história da Companhia América Fabril entre 1918 e 1930. Através de um banco de dados com informações provenientes de 11.900 registros, as autoras empregaram metodologia estatística para analisar a composição social da mão de obra da companhia segundo sexo, nacionalidade e idade.

Em pesquisa sobre os conflitos de classe entre empregadores e empregados de uma importante tecelagem localizada em Pernambuco, Lopes (1988) mostra como em cenários longínquos de privação aguda, o registro trabalhista poderia servir como a primeira oportunidade de identificação social do trabalhador. A partir do estudo histórico da documentação no Brasil, o autor esclarece que a obrigatoriedade da padronização dos modelos dos registros de funcionários ocorreu na década de 1930, em um contexto de aumento da fiscalização das condições de trabalho por parte do Estado. Antes disso, cada empregador registrava seus funcionários conforme parâmetros próprios.

Trabalhos recentes deram continuidade a essa linha de pesquisa, atualizando o debate acerca das correlações de força entre empregadores e empregados. A partir da análise de dossiês relativos a operários têxteis da fábrica Laneira Brasileira (Pelotas-RS), Pieper (2016) mostra como os registros trabalhistas podem ser instrumentos de irregularidades, por meio de fraudes em seu preenchimento. Introduzindo a perspectiva de gênero na análise da mão de obra do setor têxtil, Borges (2019) aborda o perfil social de uma fábrica de tecidos do Biribiri (Diamantina-MG), entre 1918 e 1959. Os resultados reforçam perfis recorrentes entre as trabalhadoras desse setor: mulheres, jovens, solteiras, naturais da mesma região na qual se encontra a fábrica e mal remuneradas em comparação aos homens.

A divisão sexual do trabalho também é o mote de Silva (2011), que desloca a análise do perfil social da mão de obra para as trabalhadoras das fábricas de fumo do Recôncavo Baiano. Centrando seu estudo entre 1906 e 1959, a autora utiliza 1800 registros trabalhistas e analisa como as mulheres estavam ausentes das posições de poder e permaneciam no mesmo cargo, ainda que trabalhassem longos períodos nas empresas, indicando pouca mobilidade social.

Nos estudos urbanos, os registros trabalhistas apareceram na pesquisa de Lanna (2016), que, a partir da catalogação de 1900 registros de trabalhadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, investiga as relações entre ferrovia, cidade e trabalhadores. A autora mostra que em cidades nas quais foram instalados grandes complexos de manutenção da Companhia, a presença dos ferroviários impactou nas novas dinâmicas urbanas, por meio da construção de núcleos de habitação específicos; formação de associações; e transbordamento do espaço de manifestação grevista para a cidade.

Os registros trabalhistas também serviram à reflexão sobre a história das cidades na exposição sobre a firma Coimbra Bueno, ocorrida em abril de 2024 na FAU-UNB. Fundada em 1933, a empresa foi responsável pela construção de Goiânia (GO) e outras cidades planejadas. Um painel expositivo da mostra foi composto por 900 fichas do acervo da empresa. Além de chamar a atenção para a pequena presença de mulheres e indivíduos não-brancos entre os

funcionários, o texto atentava para a preocupação de retirar os funcionários do anonimato e garantir suas presenças na história das empresas urbanizadoras brasileiras¹.

Pelos números envolvidos nos estudos citados, percebemos como as empresas cujos acervos institucionais foram preservados tiveram existências longevas, implicando em conjuntos extensos de registros trabalhistas. Tal característica colabora para que os registros sejam tratados preferencialmente como fontes seriadas e submetidos a análises quantitativas realizadas após processos de catalogação. Muitos exemplares do mesmo tipo de documento permitem elaborações pertinentes acerca da evolução de quadros sociais dos trabalhadores registrados, a partir da correlação entre atributos como gênero, raça, nacionalidade, cargos ocupados e salários.

Trajetórias individuais de trabalhadores são tangenciadas para exemplificar dinâmicas encontradas frequentemente nos conjuntos de registros, e ilustrando casos que fogem à norma. Os conteúdos que dão subsídio a análises qualitativas mais aprofundadas correspondem usualmente a entrevistas realizadas com ex-funcionários das instituições que, como aponta Lopes (1988), fornecem um fio condutor à leitura dos demais documentos dos acervos institucionais.

Apesar da diversidade em relação a contextos geográficos, recortes temporais e questões norteadoras, os eixos de análise nas pesquisas mencionadas permaneceram restritos ao espaço da fábrica e às questões trabalhistas. Mesmo quando surgem outros locais e esferas de atuação, como vilas operárias, sindicatos e a cidade, estes giram em torno da órbita dos ambientes fabril, institucional e empresarial.

Procuraremos mostrar, a partir da recuperação do cotidiano da costureira Esther Longhi, como os registros trabalhistas podem ser operados a partir de uma ampliação da lente de análise (Lepetit, 2016), que engloba, mas não se limita, às questões relacionadas ao contexto laboral. A natureza variada das informações contidas nos registros permite sua utilização para perscrutar narrativas urbanas a partir do emprego de fontes não urbanísticas para tratar de

¹ Disponível em: <https://noticias.unb.br/component/agenda/agenda/4263>. Acesso em 29 mai.24.

fenômenos urbanos, procedimento metodológico crescente entre os trabalhos que se filiam à historiografia da cidade (Borin, 2020).

A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA URBANA

Propomos uma abordagem dos registros trabalhistas na qual a análise do conjunto enquanto fontes seriadas seja o ponto de partida, e não o de chegada. Uma vez realizado o processo de catalogação, a eleição de registros pontuais permite o aprofundamento em trajetórias a partir da ótica que interessa à pesquisa, no nosso caso, a relação de trocas estabelecida entre uma costureira e a cidade vivenciada por ela no seu dia a dia². A cidade é entendida em sua dimensão ampla, que inclui não apenas espaços públicos, como ruas e praças, mas também privados, como casa e ambiente de trabalho.

Este aprofundamento requer um tensionamento das informações contidas no registro trabalhista de Esther. Trata-se de puxar e esticar os fios fornecidos pelas informações frias do registro e cruzá-las com conteúdos e análises provenientes de outras fontes. Entre as primárias, constam documentos do acervo institucional da Indústria de Bolsas e Malhas Ouro, firma empregadora de Esther. No Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, foram acessados documentos sobre os endereços de seu caminho. As pesquisas em jornais informam sobre seus vizinhos e comércios pelos quais ela passava cotidianamente. Em arquivos online de documentação genealógica, acessamos documentos pessoais de Esther e familiares³. A cartografia foi utilizada para retratar trajetos da costureira pela cidade, refeitos por nós em visitas de campo, nas quais identificamos elementos comuns a ambas temporalidades. A iconografia recuperou aspectos da materialidade e da atmosfera dos locais percorridos.

A produção bibliográfica sobre a cidade na década de 1940 é constituída por textos que abordam o crescimento metropolitano e contextualizam a atmosfera urbana a partir de

² Este artigo se insere dentro de uma pesquisa cuja base empírica é o acervo institucional da Indústria de Bolsas e Malhas Ouro, no qual constam 967 registros de mulheres admitidas entre 1940 e 1993. A totalidade dos registros trabalhistas já foi digitalizada, catalogada e organizada. O registro de Esther foi eleito para o aprofundamento por se tratar da primeira funcionária contratada.

³ Site Family Search.

perspectivas amplas, processos estruturais, grandes eventos e personalidades históricas⁴. Na esfera política, figuram o Estado Novo (1937-1945) e os efeitos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) na economia urbana. Na escala municipal, a ênfase recai na administração de Prestes Maia (1938-1945), no início da implementação do seu Plano de Avenidas, na verticalização e no crescimento horizontal da cidade decorrente da expansão da malha viária e da abertura de novos loteamentos nas franjas da mancha urbana.

No que diz respeito ao cotidiano, fala-se do nascente cosmopolitismo, com a intensificação da vida cultural (cinemas, livrarias, teatros) e dos hábitos de consumo (galerias comerciais e lojas de departamento), sobretudo no centro novo (Gama, 1998). Por outro lado, se aborda a crescente pobreza, resultante das migrações do campo para a cidade e da inação do poder público diante da falta de emprego e moradia (Zanirato, 2000).

Contudo, pouco se fala da vida cotidiana das pessoas ditas *comuns*, como Esther. São cidadãos pobres, porém inseridos no mercado de trabalho. Passam longe das elites, mas não se encontram em posição incontestada de marginalidade. Como os processos e eventos acima citados influíram no seu dia-a-dia? A região na qual Esther mora, por exemplo, é vagamente caracterizada como bairro operário, na qual cortiços parecem dominar a paisagem. Entretanto, a reconstrução de seus itinerários, como veremos adiante, mostra uma ocupação urbana muito mais heterogênea. Assim, acreditamos que o cotidiano de trabalhadoras em São Paulo durante a década de 1940 ainda foi pouco explorado, o que justifica nosso aprofundamento no dia a dia de uma costureira.

Por fim, a junção dos fragmentos e a possibilidade de preenchimento de algumas das inúmeras lacunas que surgem na reconstituição do cotidiano de pessoas comuns suscita questões acerca dos regimes de veracidade e historicidade, e se ampara em alguns postulados e métodos, dos quais destacamos o *paradigma indiciário* de Ginzburg (1989) e a *fabulação crítica* de Hartman (2022). O paradigma indiciário nos ajuda a partir da caracterização do conhecimento histórico como um saber conjectural e indireto, pois remonta a uma realidade

⁴ Entre a produção sobre São Paulo nos 1940, destacamos os textos presentes no livro *São Paulo Metrópole em Trânsito*, sobre o período de 1945 a 1964 (Feldman; Gama; Grostein, 2004).

não experienciada diretamente pelo pesquisador. A aproximação a uma *verdade possível* por meio da investigação científica se dá a partir de indícios que sugerem interpretações plausíveis, não necessariamente respostas claras, exatas e definitivas. A fabulação crítica vai na mesma direção. Hartman recupera experiências de cidade relacionadas a eventos reais vivenciados por personagens femininas escamoteadas da história. A autora se apoia tanto em pesquisa arquivística rigorosa como no uso da imaginação que, quando acionada, é diretamente relacionada a fatos ou evidências contundentes.

Nosso objetivo neste artigo não é a busca pela verdade objetiva do cotidiano de Esther, e sim a reflexão acerca das possibilidades que nos permitem ver a construção da cidade a partir da ótica de cidadãos comuns. Através dos percursos realizados por Esther, é possível se aproximar simultaneamente de São Paulo tanto em sua monumentalidade, como em relação àquilo "que não se vê, senão com a lupa do escrutinador, a cotidianização da cidade" (Martins, 2009, p.50).

A primeira lacuna com a qual nos deparamos é a ausência da fotografia em seu registro, que se perdeu no decorrer do tempo (Figura 01). O que poderia ser entendido como uma desvantagem foi interpretado como a possibilidade para que o leitor faça uso da imaginação e crie sua própria imagem de Esther.

Figura 1: Frente e verso do registro de Esther Longhi (1940).

Modelo 1

Livro de Registro dos Empregados

(Fotografia)

A Sra. Esther Longhi
portadora da Carteira Profissional nº 4243 da série 222
foi admitida em 31 de Outubro de 1940 na qualidade de
costureira de bobinas
com os vencimentos de Rs. 95000 (noventa mil reais)
diários
para trabalhar normalmente
das 8 às 18 horas com os intervalos de 2 horas
para refeição e descanso.
Observações:

Assinatura do empregado: Esther Longhi
Folha do livro de anotações:

Modelo 1 (Verso)

Preencher quando não tiver Carteira Profissional

Ficha dactiloscópica do polegar direito

Anotações (Inclusive as de férias e de acidentes no trabalho)

Remuneração mensal, paga a seu pai, de
116 e das 18 as 17 horas com intervalos de
15 para refeição.

Passou 18 dias por 11 dias de férias
relativas ao ano de 1939 (1940)
a 20 de 10 pagadas de 21 de 10 de 21 de 10
de 1939.

Esther Longhi

Em 2 de Junho de 1940 passou a ganhar R\$ 11,00 (11) Reais
Crédito por dia

Em 12 de Junho de 1940 passou a ganhar R\$ 11,00
1, 12 de Junho, ou seja, R\$ 11,00 por dia, de acordo
com a lei.

Após lei de 10 de Junho de 3 a 9 de Junho
1940, correspondente de 21-10-41 a 20-10-42
de 1940.

Em 1º de Outubro de 1940 passou a ganhar R\$ 11,00
(um cruzeiro e sessenta centavos) por hora
de 1940.

Em 19 de Novembro de 1940 de acordo com a lei, passou a ganhar
R\$ 9,00 (nove cruzeiros) por hora
após 1 dia de férias relativas ao período de 1 de Outubro de 1939
a 31 de Outubro de 1940, passando a trabalhar de 14 de 10, 1940,
passando em 16 de Novembro de 1940, Esther Longhi

Fonte: Acervo Indústria de Malhas e Camisas Ouro.

EM CASA

Esther Longhi nasceu em 1914, em uma família de imigrantes italianos de Santa Cruz das Palmeiras, no interior do estado de São Paulo. Seu pai Luiz faleceu no ano seguinte ao seu nascimento. Os efeitos da crise de 1929 impulsionaram muitos moradores a deixarem a cidade e seu entorno rural, até então conhecidos por sua expressiva produção de café. Parte da família Longhi permaneceu no interior, e parte se transferiu anos mais tarde para a Capital paulista.

Em 1940, Esther tinha 25 anos, era solteira e morava junto com seu irmão Ernesto e sua cunhada Rosa na Rua São Lázaro, uma travessa da Rua São Caetano, via que posteriormente viria a ser conhecida como *Rua das Noivas* por seu comércio especializado em trajes de

casamento. Estamos na região central de São Paulo, a poucos quilômetros das duas principais portas de entrada da cidade na época: Júlio Prestes e Luz.

Esther residia no número 58 da São Lázaro, próximo do término da via em configuração de rua sem saída⁵. O muro que fecha a rua coincide com a fronteira da linha do trem: ouve-se o barulho da locomotiva que passa em intervalos fixos. Portas das casas entreabertas, adultos conversando em cadeiras nas calçadas, crianças brincando na rua e pouco movimento de veículos caracterizam a vizinhança. Essa sociabilidade se assemelha às práticas encontradas em vilas habitacionais e conjuntos de casas em série, seja em áreas centrais (a conhecida Vila Economizadora encontrava-se a poucos metros dali), seja em outros bairros, como a Vila Cândida, em Pinheiros, e a Vila Itororó, na Bela Vista⁶. Nesses cenários, o aluguel é uma forma comum de moradia, e as oportunidades circulam no boca-a-boca entre os que frequentam a região⁷.

Contudo, as vilas e casas em série supriam uma parcela pequena da demanda por habitação popular, e eram sobretudo ocupadas por famílias de trabalhadores pertencentes aos setores médios urbanos. Muitos assalariados residentes na região central de São Paulo moravam em habitações de diferentes configurações, que podiam abrigar um ou mais núcleos familiares, e cujas instalações sanitárias não estavam de acordo com a legislação. Apesar de primeiramente proibidas (desde o Código Sanitário de 1886) e depois ignoradas pela legislação (a partir do Código de Obras Arthur Saboya de 1929), são ainda comuns na região central de São Paulo e até hoje sua nomenclatura encontra-se em disputa. Os proprietários dos imóveis, os intermediadores e os próprios moradores as chamam de *pensões*. Há quem prefira os termos *casas de cômodos* ou *casas de aluguel*. Já quem tem intuito de denunciar as

⁵ Segundo os livros de emplacamento do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (AHM), a última mudança na numeração da Rua São Lázaro ocorreu em 1936, o que indica que a numeração de 1940 corresponde, salvo alterações pontuais, a dos dias atuais.

⁶ Sobre a Vila Economizadora, ver: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/vila-economizadora/>. Acesso em 28 nov. 23. Sobre as formas de morar em vilas e casas em série, ver Carneiro (2022) e Feldman e Castro (2017).

⁷ Sobre o predomínio do aluguel como forma de moradia da classe trabalhadora em São Paulo nos anos 1940, ver Cordeiro (2005).

precárias condições habitacionais e sanitárias frequentes deste tipo de arranjo utilizam a denominação *cortiços*⁸.

A São Lázaro tinha uma ocupação de caráter misto, na qual moradias populares se misturavam a comércios e serviços, podendo ocupar diferentes áreas ou pavimentos da mesma construção. O número 40 era a moradia do comerciante José Barbosa, que em 1927 ensaiou no mesmo local a abertura de uma frutaria, no número 40B⁹. No ano seguinte, Demosthenes Gabriades solicita aprovação para construir uma cabine telefônica no mesmo 40B. Seu pedido é negado, por conta do entendimento do fiscal de que a construção da cabine prejudicaria o espaço já insuficiente para a sala de jantar, que contava ainda com um banheiro construído na parte da frente, não informado na planta que Demosthenes apresentara à Prefeitura¹⁰. Na mesma rua, temos outros comércios: Leonardo Frugis administrava uma venda no número 33¹¹ e Zeferina Giovanelli tocava uma leiteria no 53¹².

Na mudança de numeração ocorrida em 1936, os números 40, 40A e 40B se convertem nos números 130 e 134¹³. As distâncias entre as soleiras das portas dos números 40 e 40A são de apenas quatro metros, o que nos indica que estas numerações são construções muito próximas umas das outras, nos mesmos lotes, ou até mesmo portas de acesso em cômodos distintos geminados.

A ocupação do número 58 da São Lázaro pouco tempo depois pela família Longhi sugere uma dinâmica similar, nas quais as possibilidades de arranjos de domesticidade são variadas. A parte da frente do imóvel, que se conecta com a rua, era ideal para a instalação da venda de Ernesto, irmão de Esther e comerciante de profissão. Ele e a esposa moravam no andar superior, enquanto Esther dormia em um quarto nos fundos do lote, ou vice-versa. A cozinha

⁸ Sobre as demandas, ofertas, tipologias e legislações acerca das moradias para a classe trabalhadora no centro cidade de São Paulo durante a primeira metade do século XX, ver: Bonduki (2012); Borin (2020); Cordeiro (2005); Lemos (1985); Lui (2022) e Rolnik (1997).

⁹ Série Obras Particulares Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (SOP AHM), Caixa 298. Processo 51637, 1927.

¹⁰ SOP AHM, Caixa 422. Processo 44368, 1928.

¹¹ SOP AHM, Caixa 123. Processo 14380, 1925.

¹² SOP AHM Caixa 241. Processo 16712, 1927.

¹³ Livros de emplantamento da Rua São Lázaro, volume 21, p.156, AHM.

e as instalações sanitárias eram comuns. Os irmãos recebiam parentes e conhecidos, que colaboravam com o valor do aluguel e cujas presenças implicavam em mais rearranjos entre os cômodos da construção.

Morar em uma região central na década de 1940 significava estar perto de áreas com expressivas ofertas de trabalho. Se em Santa Cruz das Palmeiras, Esther ajudava a mãe Ursula na lavoura ou no comércio, na Capital, seu caminho profissional cruzou com a costura. Esther passou por uma série de empregos até ser, em 21 de outubro de 1940, contratada pela Indústria de Bolsas e Malhas Ouro¹⁴, cuja sede localizava-se na José Paulino, a principal rua do polo têxtil do Bom Retiro que, a essa altura, funcionava a pleno vapor. Fundada em 1926 pelo imigrante judeu de origem polonesa Majloch Wajchenberg, a Ouro atuava em dois ramos: bolsas por encomenda e artefatos de malha de tecidos naturais. Esther foi contratada como costureira de bolsas, atividade especializada que pressupõe formação e experiências profissionais prévias.

IDA AO TRABALHO

O horário de entrada no novo emprego era às 8h, e para chegar nesse horário, Esther saía de casa às 7h30. O caminho mais rápido até a fábrica consistia em uma caminhada de vinte minutos, percorrida grande parte em linha reta, que não excedia a distância de 1,5 km (Figura 02). Apesar de breve e objetivo, o caminho se inseria em uma área na proximidade de importantes instituições e equipamentos urbanos, caracterizada por fluxo intenso de pessoas e heterogeneidade de usos.

Esther seguia a São Lázaro no sentido norte. Além dos pequenos comércios, passava por serviços e oficinas, como a Metalurgia Jupiter, no número 51¹⁵. Ao atravessar a São Caetano, avistava, no horizonte de seu campo de visão esquerdo, a entrada do Liceu de Artes e Ofícios na Avenida Tiradentes. Após a São Caetano, passava na frente da sede do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que funcionou nas numerações 259 e 271 da São Lázaro.

¹⁴ A partir deste momento, vamos nos referir à firma empregadora de Esther apenas como *Ouro*.

¹⁵ *Correio Paulistano*, Ed. 26571, p.2 Todas as notícias de jornal do *Correio Paulistano* foram retiradas da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Na mesma altura, do outro lado da via, quando a São Lázaro é cortada pela Rua Francisco de Sá Barbosa, Esther avistava um conjunto de casas construídas em 1910, como atesta o costume de inscrever o ano de construção nas fachadas dos imóveis (Figura 03). Essas casas em série possuem uma tipologia associada às residências de famílias paulistanas de classe média do início do século XX, com fachadas simétricas e ornamentadas, janelas que dão para a rua e aberturas de porões abaixo das janelas (Lemos, 1985). Adiante, mais moradia da classe trabalhadora. No número 279, residia Sinval Batista dos Santos, funcionário da Leiteria Paulista¹⁶. No número 310, o guarda civil Gabriel Augusto da Silva morava com sua esposa Maria Antonia Boaventura da Silva¹⁷.

Quando a São Lázaro termina no encontro com a Rua João Teodoro, Esther virava à esquerda. Na sua visão direita, estaria a Estação Tamanduateí, e à sua frente, o pórtico de entrada das Oficinas do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. A caminhada na calçada do lado direito seria acompanhada por uma sucessão de extensos muros de edifícios ligados aos braços armados do Estado: Hospital da Força Pública; Picadeiros; Quartel do Primeiro Regimento de Cavalaria e Quartel do Primeiro Batalhão.

No lado esquerdo da João Teodoro, uma sequência de lotes estreitos alinhados com a rua estabelecia outra dinâmica à caminhada: residências se faziam presentes munidas de entradas laterais que formam corredores a céu aberto e sugerem porosidade entre espaços públicos e privados, experiência diversa à impermeabilidade dos longos muros que conformam a calçada do lado oposto (Figura 04). Aqui também se encontram os imóveis de usos mistos, alguns ocupados ou de propriedade de mulheres. No número 26, a italiana Maria Berardi morava e tocava seu restaurante e botequim desde 1933 (Figura 05). Costureiras também residiam na via. Nina Sá, imigrante russa que se tornou companheira de fábrica de Esther a partir de 1941, morava no 182 junto ao esposo (Figura 06).

A próxima etapa da caminhada era atravessar as duas vias separadas pelo canteiro central da Avenida Tiradentes, à época já parcialmente alargada e transformada na principal conexão

¹⁶ *Correio Paulistano*, Ed. 26607, p.1.

¹⁷ *Correio Paulistano*, Ed. 28316, p.12.

entre o centro e a zona norte da cidade pelo Plano de Avenidas de Prestes Maia. Após o cruzamento, a continuação da João Teodoro virava Rua Ribeiro de Lima. Do lado esquerdo, Esther margeava o Jardim da Luz até o final do quarteirão. Na calçada direita, a primeira quadra após a travessia da avenida continuava a ser ocupada pelas forças de segurança e repressão estatais: um complexo que englobava o Corpo Escola da Força Pública e a Cadeia Pública era seguido pelo conjunto de Almoxarifado e Garagem Municipal.

O cruzamento com a Rua Afonso Penna, que se dava apenas na calçada do lado direito, era vivenciado como uma demarcação fluída e simbólica de entrada no Bom Retiro. Após o cruzamento, a vida associativa protagonizada por comunidades imigrantes, especialmente a judaica, era percebida nas dinâmicas de usos e práticas do espaço, seja em suas moradias, seja em seus negócios, a maior parte deles relacionados à produção e venda de roupas.

A Ribeiro de Lima abrigava imóveis que ora serviam de residência; ora eram locais de produção e comércio de roupas; e ora serviam a ambos simultaneamente. Moradora da rua, a família Leirner exemplifica a proximidade frequentemente estabelecida entre moradia e trabalho. O casal Zimon e Sarah Leirner morava com os filhos no térreo de uma casa na Ribeiro de Lima em frente ao Jardim da Luz. No andar de cima, residia outra família¹⁸. Na esquina da Ribeiro de Lima com a Prates, encontrava-se a Malharia Tricot, fábrica que Zimon mantinha em sociedade com o irmão Isai. Após o crescimento da firma, a sede foi transferida para outro imóvel na Ribeiro de Lima.

No lado esquerdo da esquina da Prates com a Ribeiro de Lima, encontrava-se um imóvel construído em 1926 para abrigar a Fundação Paulista de Assistência à Infância, uma organização não governamental fundada por um bispo. Desde seu início, a fundação se propunha a cuidar de crianças cujas mães trabalhassem fora de casa e não tivessem com quem deixá-las, situação que correspondia à realidade de várias colegas de Esther, empregadas na Ouro e em outras fábricas do Bom Retiro.

18

Disponível

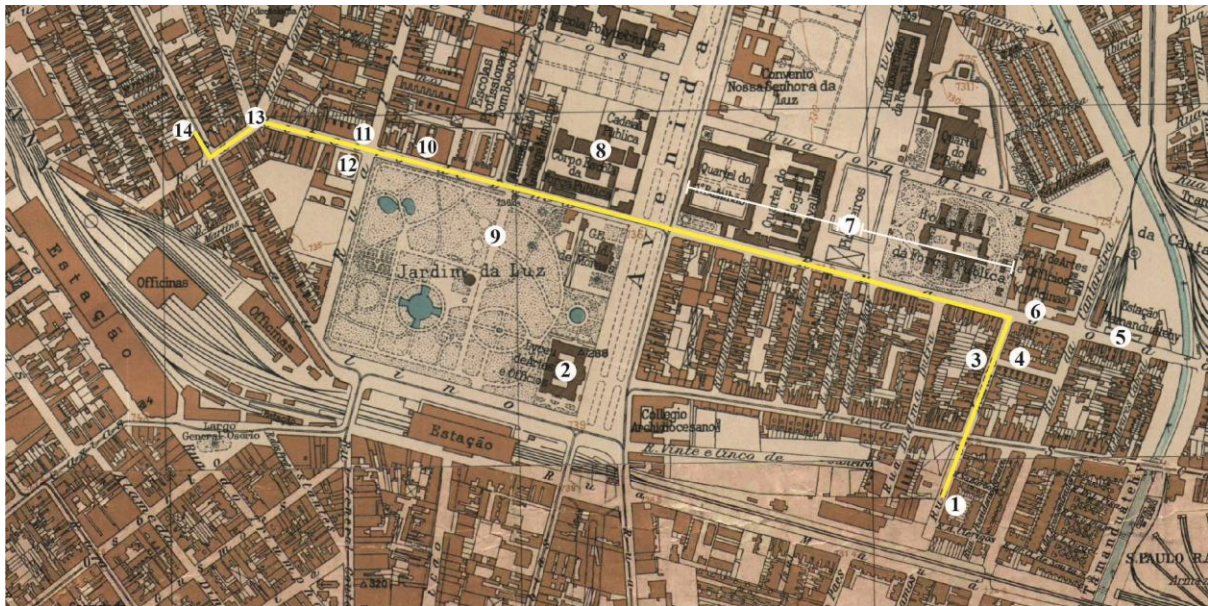
em:

https://www.academia.edu/36596029/Entrevista_com_o_colecionador_de_arte_Adolpho_Leirner. Acesso em 27 fev. 24.

Depois de atravessar a Prates, Esther passava por outras construções que abrigavam malharias e confecções, até alcançar o encontro das ruas Ribeiro de Lima, Correia de Mello e Rua da Graça. A esquina, conhecida por integrantes da comunidade judaica como *Pletzale*, servia como local de encontros e realizações de trocas e fechamentos de negócios entre homens judeus. O *Pletzale* simboliza a vida associativa judaica, constituinte da atmosfera urbana e social do Bom Retiro na década de 1940. Ao adentrar as quadras do bairro, Esther presenciava essa sociabilidade singular, sem, no entanto, participar dela. Os marcadores sociais que garantiam tal distância eram vários (étnico, de gênero, de classe), chegando até mesmo à barreira linguística: são frequentes os relatos de que nessa época, ouvia-se o português misturado ao ídiche pelas ruas do bairro, assim como era corrente a utilização dos dois idiomas em anúncios de confecções publicados em periódicos (Andrade, 2018).

Seguindo pela Ribeiro de Lima, Esther caminhava por mais uma quadra até chegar na José Paulino, quando virava à direita. Casas térreas e sobrados dominavam a paisagem da rua e seguiam alinhados ao arruamento, sem recuos laterais (Figura 07). Perto das 8h, os estabelecimentos começavam a funcionar. Múltiplas aberturas para a rua, toldos e portas de enrolar eram adaptações que os imóveis construídos originalmente para serem apenas residências recebiam após a inclusão de usos industriais e/ou comerciais. O 341, endereço da Ouro em 1940, encontrava-se logo à frente, na calçada esquerda de quem vinha da Ribeiro de Lima.

Figura 2: Percurso de ida ao trabalho de Esther Longhi em 1940 (em amarelo). As referências presentes no texto estão enumeradas: 1. residência de Esther. 2. Liceu de Artes e Ofícios. 3. Sede do PTB. 4. Casas em série na Rua Francisco Sá Barbosa. 5. Estação Tamanduateí. 6. Oficinas do Liceu de Artes e Ofícios. 7. Complexo da Força Pública na Rua João Teodoro. 8. Complexo da Força Pública na Rua Ribeiro de Lima. 9. Jardim da Luz. 10. Residência família Leirner. 11. Malharia Sul-americana. 12. Fundação Paulista de Assistência à Infância. 13. *Pletzale*. 14. Sede da Ouro.



Fonte: Intervenção sobre mapa Sara Brasil (1930). CESAD FAUUSP.

Figura 3: Conjunto de casas em série na Rua Francisco Sá Barbosa.



Fonte: visita de campo (2 mar. 24).

Figura 4: Sobrados na Rua João Teodoro.



Fonte: visita de campo (2 mar. 24).

Figura 5: Frente e verso da carteira de saúde de Maria Berardi, na Rua João Teodoro.

Serviço Sanitário do Estado de S. Paulo

CARTEIRA DE SAÚDE

(Obrigatoria nos termos dos Decretos ns. 4.891 de 13-2-1931 e 5.493 de 29-4-1932, para a admissão ao trabalho)

Para os menores de 18 anos são exigidos também:

- I — Prova de idade, certidão ou documento equivalente.
- II — Prova de consentimento dos pais ou responsáveis pelo operário, empregado ou trabalhador menor, ou suprimento judicial.
- III — Atestado de frequência anterior em escola primária, com alfabetização.

Serviço Sanitário do Estado de S. Paulo

CARTEIRA DE SAÚDE
N.º 35220

Assinatura do Portador: Maria Beraldi

Expedida em 9 de 1 de 1933

Fotografia tirada em 10 de 10 de 1933

Imposto do Selo 2000

Nome: Maria Beraldi

Sexo: feminino

Nacionalidade: Italiana

Filiação: José Beraldi

Estado civil: Casado

Idade: 30 anos

Nascido a 28 de 1 de 1902

Côr: Branco

Residência atual: R. João Theodoro 26

Residência anterior: 11

Local do trabalho: R. João Theodoro 26

Firma: Maria Beraldi

Estabelecida a: R. João Theodoro 26

Natureza do trabalho: Bolseira

Categoria do empregado, operário ou trabalhador: proprietário

Data de admissão: 9-1-1933

Horário de serviço: das 7/12 às 19h

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo - Processo nº05839 (1933).

Figura 6: Frente e verso do registro de Nina Sá, costureira de malhas e moradora da João Teodoro.

26

MODELO 1

Livro de Registro dos Empregados



O Sr(a) Rina de
portador da Carteira Profissional nº 15400
foi admitido em 15 de Maio de 19 44 na qualidade de empregada de escritório
com os vencimentos de Rs. 1800 (mil e quatrocentos)
por mês por hora para trabalhar normalmente
das 8 às 17 horas com os intervalos de duas horas
para refeição e descanso.

Observações:

Assinatura do empregado: Rina de de 15 de Maio de 19 44
Folha do livro de anotações: 1

MODELO 1 (Verso)

Preencher quando não tiver Carteira Profissional

Ficha de identificação do empregado



Nacionalidade Russa
Filho de Yana Yarov
e de Yakov Yarov
Nascido em Russia
em 15 de 1944
Estado civil casado
C.R. 15400
Nascimento 15 de Maio de 1944
Beneficiário Yakov Yarov

Anotações (Inclusive as de férias e de acidentes no trabalho)

Retornou em 14 de Outubro de 1944
por causa de uma lesão no trabalho
recebendo pagamento de 15 dias
de férias

Fonte: Acervo Indústria de Malhas e Camisas Ouro.

Figura 7: Rua José Paulino em 1942.



Fonte: Casa da Imagem. Fotografia de Benedito Junqueira Duarte.

ROTINA E COMPANHEIRAS DE TRABALHO

Na fábrica, Esther iniciava o primeiro turno da jornada laboral. Depois de vestir seu avental, se sentava em uma cadeira de madeira à frente de uma mesa, na qual estava posicionada sua máquina de costura. Lá, passava a maior parte do tempo. Ao meio-dia, tinha início o intervalo de duas horas para almoço e descanso. O almoço era um momento do dia no qual as costureiras conversavam entre si e trocavam informações sobre oportunidades de emprego. O intervalo também era usado para resoluções de afazeres cotidianos, facilitadas pela boa oferta de comércios e serviços nos arredores da fábrica. O segundo turno se iniciava às 14h e o horário de saída era às 18h. A semana de trabalho era de segunda a sábado. Folga, somente aos domingos. Para cada ano completado no serviço, Esther gozava de quinze dias de férias.

No início, Esther não tinha muitas companheiras de trabalho. No ano em que foi contratada, ocorreram apenas mais três contratações femininas após a sua: Savina, uma aprendiz de dezesseis anos moradora dos Campos Elíseos; Clara, uma ajudante de dezoito anos moradora da Casa Verde Baixa; e Nair, uma cortadora de 28 anos moradora do Bom Retiro. Em fevereiro de 1941, Esther ganhou uma ajudante: Zanobia, uma jovem de quinze anos, nascida na Capital e também moradora da Casa Verde. Jovem, solteira, branca e nascida no interior do estado de São Paulo: este era o perfil preferencial das demais 147 mulheres contratadas pelo Ouro ao longo da década de 1940.

As mulheres eram contratadas para trabalharem nas sessões de corte, costura, acabamento e passadoria (Figuras 09, 10, 11). Já os homens eram contratados para trabalharem na tecelagem, diretamente com fios e tecidos, manuseando maquinário pesado (Figuras 13 e 14). As exceções eram as espuladeiras, mulheres que operavam a máquina de carregar espulas (organização dos fios nos carretéis) (Figura 12). Outras áreas ocupadas majoritariamente por homens eram almoxarifado, distribuição e administração (Figura 15); mulheres aparecem em poucos casos como auxiliares de escritório. Meninas e meninos eram contratados como ajudantes e aprendizes das especializações identificadas com seus respectivos gêneros (a lei da época permitia a contratação formal a partir dos quatorze anos).

A divisão sexual do trabalho se traduz no espaço e está presente nas imagens subsequentes, realizadas na década de 1940 no interior da Malharia Tricot, dos irmãos Leirner, aquela em que Esther passava na frente todas as manhãs antes de chegar ao trabalho (Figura 08). Assim como a Ouro, a Tricot fabricava artefatos de malha e possuía um setor próprio de tecelagem.

Figura 8: Fachada da Malharia Tricot na numeração 257/261 da Rua Ribeiro de Lima



Fonte: Acervo família Leirner (década de 1940).

Figura 9: Costureiras, encarregado, cortadoras, passadeiras e revistadeiras.



Fonte: Acervo família Leirner (década de 1940).

Figura 10: Costureiras e cortadoras.



Fonte: Acervo família Leirner (década de 1940).

Figura 11: Ajudantes de acabamento, passadeiras, cortadoras e revistadeiras.



Fonte: Acervo família Leirner (década de 1940).

Figura 12: Espuladeiras.



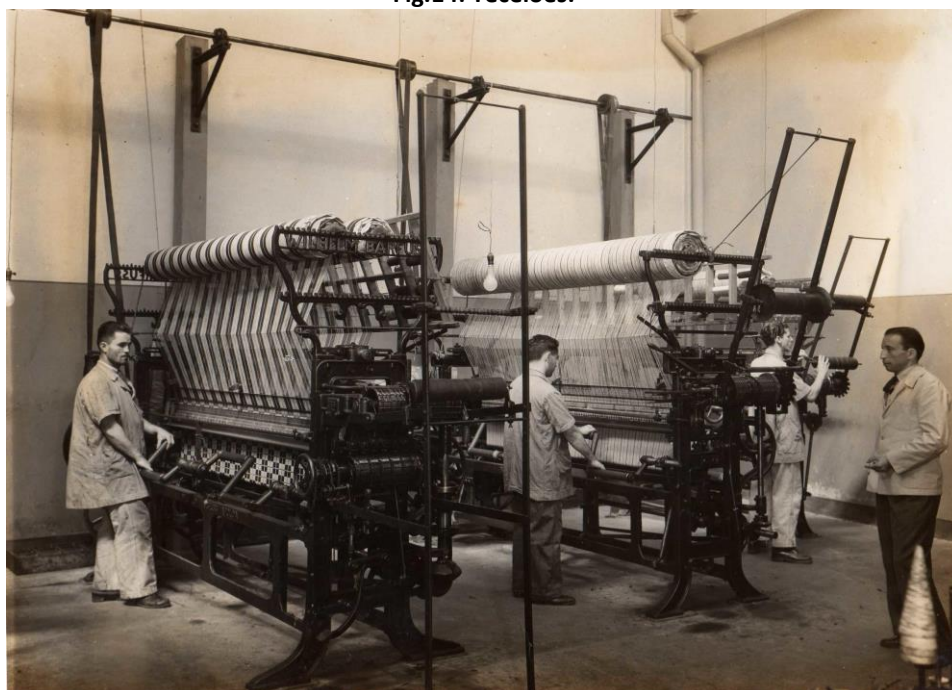
Fonte: Acervo família Leirner (década de 1940).

Figura 13: Tecelões.



Fonte: Acervo família Leirner (década de 1940).

Fig.14: Tecelões.



Fonte: Acervo família Leirner (década de 1940).

Figura 15. Área administrativa.



Fonte: Acervo família Leirner (década de 1940).

VOLTA PARA CASA

Pouco tempo após a contratação de Esther, a jornada de 48h semanais de trabalho permaneceu intacta, mas ocorreram alterações nos horários de entrada, almoço e saída. Esther passou a entrar às 7h30. O tempo de intervalo no meio da jornada diminuiu para 1h30. A saída passou a ser às 17h, o que, dependendo da época do ano, poderia significar voltar para casa caminhando ainda à luz do dia ou já presenciando o anoitecer.

A volta para a casa no final de um dia de trabalho era uma caminhada menos utilitária, com menos pressa e mais possibilidades de paradas ao longo do percurso. Eram múltiplas as opções de caminho. Por que não, por exemplo, sair da fábrica e seguir até o começo da José Paulino¹⁹, ao invés de pegar novamente a Ribeiro de Lima (Figura 16)?

¹⁹ À época, a Rua José Paulino se estendia até onde atualmente é chamado de Praça da Luz, área entre a Estação da Luz e o Jardim da Luz.

Esther não percorria sozinha seu caminho de volta para a casa todos os dias. Por vezes, caminhava na companhia de colegas que moravam próximo a ela, caso da costureira Hercília Moraes. Nos dias em que seguia a José Paulino no sentido da Estação, Esther percorria uma rua diversa e movimentada. Bondes, ônibus e automóveis iam e vinham numa via que até então era de mão dupla.

Além dos moradores do bairro, dos proprietários dos estabelecimentos da rua e dos clientes que vinham de outras partes da cidade e do interior do estado, cruzavam o caminho de Esther homens que iam ao bairro para frequentar a zona de meretrício que o governo estabeleceu, entre 1940 e 1953, nas ruas Itabocas²⁰ e Aimorés. As duas ruas se localizam entre a José Paulino e um paredão no qual do outro lado encontra-se a linha férrea, localização entendida pelo governo como uma configuração espacial propícia para um controle efetivo das atividades que ocorriam no local (Feldman, 1989). As prostitutas circulavam pouco pelas ruas do bairro para além da Itabocas e da Aimorés, e suas presenças no espaço público eram toleradas na medida em que não remetessem à atividade de prostituição.

Continuando na direção da estação, Esther passava por estabelecimentos nos quais trabalhavam costureiras e outros empregados da indústria têxtil, cujos expedientes terminavam em horários próximos ao seu: o Imperador dos Tecidos e Camisas no número 311; o Rei das Roupas no 265; a Modas Tweed no 153; o Ateliê de Peles Nutria no 250; a Goomtex no 220; a Belfast no 200; a Fábrica de Roupas Feitas de S. Krasner no 158; a Casa Seminário no 106; a Konrad no 102; a Spiter Confecções de Luxo ocupava o número 86; e a confecção A Distinta, no 76²¹.

Confecções e malharias dividiam espaço com um comércio variado: casas de móveis, tapeçarias, gráficas, mercearias, bares e restaurantes. Esther passava na frente de

²⁰ Atual Rua Professor Cesare Lombroso.

²¹ Os nomes dos estabelecimentos foram retirados de periódicos presentes na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no Centro de Memória do Museu Judaico de São Paulo.

consultórios médicos e sedes de associações fundadas por integrantes da comunidade judaica, como o Clube de Cultura e Progresso²².

A sequência das aberturas para a rua dos estabelecimentos comerciais era interrompida na altura do número 226 pela fachada do CineLux, um cinema de rua inaugurado em 1935 que fez parte da primeira geração de cinemas de rua de São Paulo (Figura 17). Cartazes ilustrados dos filmes exibidos eram dispostos na fachada do cinema, cuja abertura para a rua ocupava toda a largura do lote. A atmosfera convidativa dos cartazes e da generosa abertura eram fatores de atração para Esther frequentar o cinema, enquanto o preço do ingresso e o pouco costume de mulheres frequentarem cinemas de rua desacompanhadas na época dificultavam seu acesso. Se aproximando da Estação da Luz, um muro dominava a calçada esquerda. Tratava-se do terreno ocupado pela Companhia Inglesa, administradora dos trens da Rodovia São Paulo Railway²³ (Figura 18).

Poucos edifícios com mais de dois pavimentos compunham a paisagem. Na esquina com a Ribeiro de Lima, havia um recém erguido edifício com térreo comercial, três pavimentos residenciais de apartamentos e linguagem *art-deco*. No próximo quarteirão, estava o prédio de numeração 135/139, com cinco pavimentos, pioneiro da verticalização da José Paulino, que a partir de 1941 passou a abrigar a sede da Ouro. Mais adiante, em um terreno formado a partir do encontro da José Paulino com a Prates, havia sido erguido em 1935 o Edifício Palacete Luz, uma das primeiras construções em São Paulo a utilizar concreto armado em sua estrutura (Koulioumba, 2011).

Chegando no trecho da José Paulino que hoje corresponde à Praça da Luz, Esther cruzava com pessoas que chegavam e saíam da cidade, vindos do interior ou do Porto de Santos; homens das forças públicas; estudantes do Liceu e de outras instituições de ensino próximas, e frequentadores do primeiro jardim público da cidade, o Jardim da Luz.

²² Instituição transformada posteriormente na Casa do Povo, hoje com sede na Rua Três Rios, também no Bom Retiro.

²³ Atual Estrada de Ferro Santos a Jundiáí.

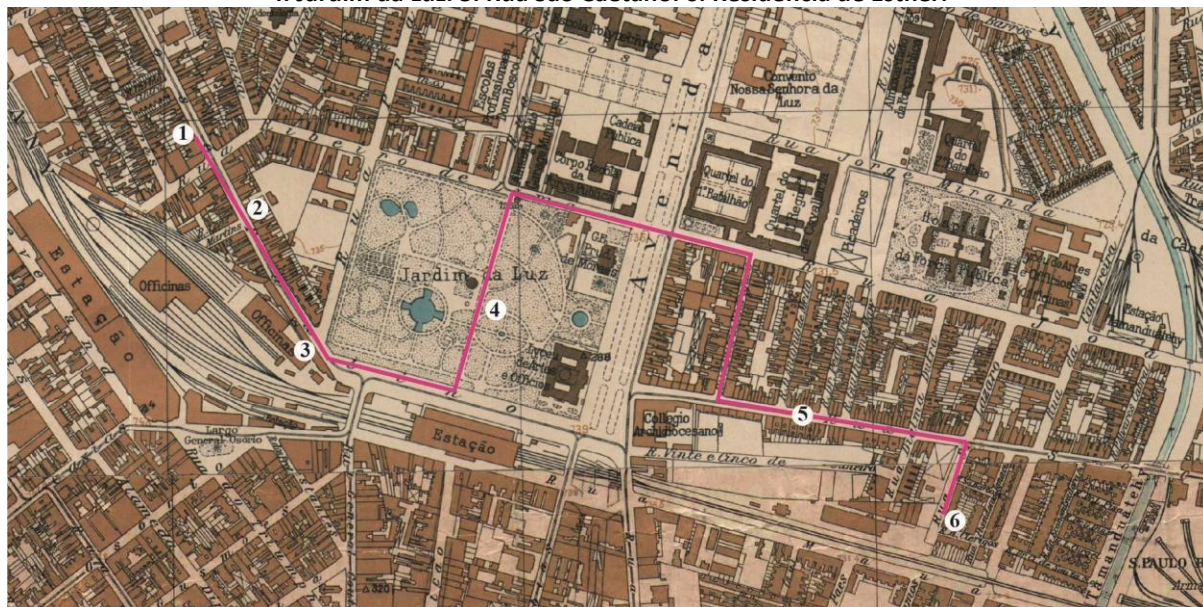
Até meados dos anos 1920, o Jardim da Luz era um local de sociabilidade das elites, com a realização de apresentações musicais e quermesses. Apesar de sempre contar com a presença de diferentes classes sociais²⁴, as grades que o cercavam criavam uma demarcação simbólica entre desejado e indesejado. Em 1930, ocorreu a retirada das grades, que se relaciona com a mudança de eixo de sociabilidade das elites para outras regiões da cidade e para a esfera privada. A partir de então, o jardim se reinsere na dinâmica urbana, deixando de ser um local essencialmente de permanência e cenário de práticas afirmativas de distinção social para se tornar um local de passagem, uma interligação entre a Estação da Luz e o Bom Retiro (Minoda, 2018). Depois de atravessar o jardim pela alameda principal, Esther saía no trecho da Ribeira de Lima que percorria pelas manhãs, atravessava a Avenida Tiradentes, e virava em alguma das cinco travessas anteriores à São Lázaro, no caso de precisar parar para comprar alguma coisa ou encontrar alguém. Percorria algum trecho da movimentada São Caetano, até alcançar a rua de casa.

Esther trabalhou na Ouro até junho de 1945, quando a estrutura da fábrica de bolsas foi vendida aos empresários Kaufmann e Laks, também imigrantes judeus. Com a venda, ela e sua ajudante Zanobia, responsáveis pela fabricação das bolsas, foram desligadas da Ouro e passaram a compor o quadro de funcionárias da nova firma, também sediada no Bom Retiro (Figura 19).

O cotidiano na região central de São Paulo, seja como residente ou trabalhadora, foi uma das etapas da trajetória de Esther, que não se casou e não teve filhos. Em março de 1969, Esther faleceu aos 54 anos. Já aposentada, se dedicava aos serviços domésticos em sua casa na Rua Cajaíba, na Pompeia, um bairro predominantemente de classe média da zona oeste de São Paulo.

²⁴ Trata-se de uma das áreas mais antigas de prostituição da cidade, além de um espaço privilegiado para a atuação de mascates nos anos 1920 e 1930.

Figura 16: Percurso de volta para a casa de Esther Longhi em 1940 (em rosa). As referências presentes no texto estão enumeradas: 1. Sede da Ouro. 2. CineLux. 3. Muro do terreno ocupado pela Companhia Inglesa. 4. Jardim da Luz. 5. Rua São Caetano. 6. Residência de Esther.



Fonte: Intervenção sobre mapa Sara Brasil (1930). CESAD FAUUSP.

Figura 17: Fachada do CineLux.



Fonte: Autoria desconhecida. Sem data. Acervo pessoal Sergio Zeiger.

Figura 18: Rua José Paulino em 1942. Na calçada esquerda, o muro da Companhia de Ferro Inglesa. Em seguida, o perfil do edifício 135/139, ocupado pela Ouro a partir de 1941. No primeiro plano à direita, estão as varandas do Edifício Palacete Luz.



Fonte: Casa da Imagem. Fotografia de Benedito Junqueira Duarte.

Figura 19: Adendo do registro de Esther Longhi, comunicando a venda da fábrica de bolsas e sua transferência para a firma de Kaufmann e Laks.

Retorno-se em 27 de Junho de 1945, paga e satisfeita em
todas as suas palavras e faturas, não mais tendo a ne-
cessidade de reclamar.
Para os devidos efeitos, esclarece-se que a fábrica de
Bolsas foi vendida para a firma em organização
composta de Srs. Kaufmann & Laks, os quais lhe
asseguram todos os direitos referentes à Consolidação
das Leis do Trabalho. Este adendo
São Paulo, 27 de Junho de 1945
Esther Longhi

Fonte: Acervo Indústria de Malhas e Camisas Ouro (1945).

CONSIDERAÇÕES

Reconstruímos a experiência urbana de Esther por meio da junção dos fragmentos que temos disponíveis a respeito de sua trajetória e incorporamos ao texto referências advindas de múltiplas fontes. O resultado nos aproximou das condições de moradia; da materialidade de sua habitação; da atmosfera da vizinhança e do bairro em que residia; da ida ao trabalho pelas manhãs e da volta para a casa após o final de expediente; do cotidiano de trabalho em uma fábrica do Bom Retiro; e das opções de sociabilidade que a metrópole paulistana dos anos 1940 poderia oferecer a uma jovem trabalhadora residente na região central.

Um aspecto definidor do dia a dia de Esther é a proximidade entre sua casa e seu trabalho. A pouca distância entre os dois possibilita a caminhada como único meio de transporte diário e a isenta da dependência do transporte coletivo. Por outro lado, morar na região central implicava a imposição do aluguel e a restrição de espaço, temas ainda latentes quando se fala de habitação popular e mobilidade na região central de São Paulo.

Na rua, Esther experiencia as desigualdades —decorrentes dos marcadores sociais— impostas pela convivência urbana, mas também algumas possibilidades de escape (cinema, passeio pelo jardim, encontros casuais) parecem emergir dos interstícios de sua rotina. O desenho urbano dos territórios pelos quais circulava pouco mudou, apesar de se tratar de uma região marcada por intervenções do poder público. Tampouco arrefeceram os fluxos intensos e plurais de transportes, mercadorias e pessoas. A verticalização se intensificou, ao mesmo tempo que as principais instituições públicas e equipamentos urbanos permanecem.

O polo têxtil e de confecções do Bom Retiro se mantêm, ainda que sob o protagonismo de outras etnias, sobretudo coreanos e bolivianos, que impuseram novos meios de produção (Chi, 2016; Cymbalista e Xavier, 2007). Configurações estruturais remanescem em meio a uma infinidade de singularidades próprias a cada temporalidade. A experiência urbana de Esther nos remete a uma cidade simultaneamente próxima e distante da atual.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Stephanie Guerra de. **Indústria e comércio de moda no centro de São Paulo: Rua José Paulino (1928-1980)**. Dissertação de mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

BORGES, Kátia. **Fiar, tecer e rezar: a história das mulheres na fábrica de tecidos do Biribiri**. Tese de doutorado – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2019.

BORIN, Monique. **Experiências da modernização em Santa Ifigênia e Liberdade: (des)caminhos da modernização de São Paulo nos bairros centrais**. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2020.

CARNEIRO, Elisa Zocca. **As casas em série no bairro de Pinheiros: um olhar para a Vila Cândida**. In: LANNA, Ana Lucia Duarte (org). *Ruas Paulistanas*. São Paulo: Alameda, 2022, pp. 211-237.

CHI, Jung. **O Bom Retiro dos coreanos: descrição de um enclave étnico**. Dissertação de mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

CORDEIRO, Simone. **Moradia popular na cidade de São Paulo (1930-1940): projetos e ambições**. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.

CYMBALISTA, Renato; XAVIER, Iara. **A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade**. Cadernos Metrópole. São Paulo: PUC-SP, N. 17, pp. 119-133.

FELDMAN, Sarah. **Segregações espaciais urbanas: a territorialização da prostituição feminina em São Paulo**. Dissertação de mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

FELDMAN, Sarah; CASTRO, Ana. **Vila Itororó: uma história em três atos**. São Paulo: Instituto Pedra/SMC PMSP, 2017.

FELDMAN, Sarah; GAMA, Lúcia Helena; GROSTEIN, Marta Dora. Capítulo 6: 1945-1964. In: CAMPOS, Cândido Malta; GAMA, Lúcia Helena; SACCHETTA, Vladimir. **São Paulo, metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais**. São Paulo: Editora Senac, 2004.

GAMA, Lúcia Helena. **Nos bares da vida: produção cultural e sociabilidade em São Paulo - 1940-1950**. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais - Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HARTMAN, Saidiya. **Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais**. São Paulo: Fósforo, 2022.

KOULIOUMBA, Stamatia. **Construtores estrangeiros e a produção arquitetônica moderna no Bom Retiro (1950-1970)**. In: LANNA, Ana Lucia Duarte; LIRA, José Tavares Correia de; PEIXOTO, Fernanda Arêas; SAMPAIO, Maria Ruth do Amaral (orgs.). São Paulo: os estrangeiros e a construção das cidades. São Paulo: Alameda Editorial, 2011, pp. 261-286.

LANNA, Ana Lucia Duarte. **Trabalhadores das ferrovias: a Companhia Paulista de Estrada de Ferro (São Paulo, 1870-1920)**. Varia Historia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Vol. 32, pp. 505-545.

LEMONS, Carlos. **Alvenaria Burguesa**. São Paulo: Nobel, 1985.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Edusp, 2016.

LOPES, José Sergio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. Brasília: Editora UNB, 1988.

LUI, Marcos. **Cortiços na região central de São Paulo em 2020/2021: novos olhares**. Dissertação de mestrado – Universidade Nove de Julho. São Paulo, 2022.

MARTINS, José de Souza. O nascimento da vida cotidiana paulistana. In: **Aurélio Becherini [1879-1939]**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

MINODA, Thais. **Artefatos no Jardim da Luz: usos e funções sociais (1870-1930)**. Dissertação de mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

PIEPER, Jordana. **Da classificação à fiação: as experiências dos operários têxteis da fábrica Laneira Brasileira em Pelotas/RS (1980-1988)**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2016.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SILVA, Elizabete. **As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres: um estudo sobre as mulheres fumageiras do recôncavo baiano**. Tese de doutorado – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

WEID, Elisabeth; BASTOS, Ana. **O fio da meada: estratégia de expansão de uma indústria têxtil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

ZANIRATO, Silvia. **São Paulo 1930/1940: novos atores urbanos e a normatização social**. História Social. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Nº7, pp.241-264.